Políticas Públicas de Cultura para a Fotografia: Trajetórias nacionais e baianas[1]

Amana DULTRA[2]

José MAMEDE[3]

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

Resumo

A fotografia, enquanto linguagem, arte, documento e bem simbólico e cultural, insere-se na dinâmica das políticas públicas. Essa participação, no entanto, se dá através de um debate entre o Estado e a sociedade civil organizada. Para compreender esse processo, buscou-se, neste trabalho, recuperar as trajetórias de ambos os atores em âmbito nacional e também no estadual, voltando-se para o caso da Bahia. Desse modo, articulou-se as questões das políticas públicas para a cultura sem esquecer-se do contexto econômico e, portanto, determinante, no qual foram implementadas.

Palavras-chave

Fotografia; Políticas Públicas; Políticas Culturais; Bahia.

Introdução

A cultura, como produção e compartilhamento de sentido e de práticas, expressa processos sociais. No capitalismo – sistema no qual a desigualdade é elemento fundante – , a relação entre a infraestrutura e a superestrutura faz com que as culturas não se equivalham no campo do poder. Trata-se, portanto, de uma inter-relação de pressão e de determinação, por via de mão dupla, na qual a determinação não se trata de um "determinismo", mas se dá por "fatores múltiplos" (WILLIAMS, 1979). A cultura, portanto, será pensada aqui não a partir de uma separação entre a vida material e a vida simbólica, mas de uma articulação entre elas.

No início da década de 80, há "o reconhecimento da 'dimensão cultural' do desenvolvimento" na América Latina (HERRERA, 1983, p. 73). Segundo Herrera, de nada adianta debater cultura sem compreender o contexto da globalização no qual ela está inserida e, por isso, é preciso uma "ação organizada, sendo assim que surge a ênfase nas políticas culturais" (1983, p. 69). Como coloca Amadou-Mahtar M'Bow, no prólogo do

[1] Trabalho apresentado na Divisão Temática de Cinema e Audiovisual, da Intercom Júnior – IX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Estudante do 7º. Semestre do Curso de Jornalismo e monitora do Labfoto/Ufba, email:amanadultra@gmail.com
[3] Orientador do trabalho. Professor Mestre da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia e coordenador do Labfoto/Ufba, email: jcmamede@gmail.com

livro *O Contexto Latino-Americano e o Desafio Cultural* (HERRERA, 1983), a elaboração de políticas culturais, a partir de experiências acumuladas e do diálogo entre diferentes grupos sociais –apesar da cultura não estar subordinada, nem se restringir às políticas públicas do Estado, pelo seu caráter espontâneo –, é uma responsabilidade de todos os governos, devendo propor-se a superar o elitismo.

A isso, o próprio Herrera acrescenta que o estímulo dessas políticas deve estar voltado para os artistas que ainda não foram reconhecidos, focando no cenário plural da cultura do país. Para o autor, é preciso pensar tanto a nível continental, quanto nacional, regional e sub-regional; valorizar a cultura fomentando grupos ou artistas individuais, respeitando sua autonomia e pluralidade; e garantir a existência e efetividade de órgãos (públicos e privados) responsáveis por financiamento (1983, p. 105).

A questão do financiamento cultural aparece, portanto, como basilar para a implementação de políticas públicas para a cultura vinculadas ao Ministério da Cultura (MinC)e às Secretarias especializadas, como no caso da Bahia, "visando articular uma ação pública de caráter permanente" (HERRERA, p. 98, 1983) – ou mesmo uma política de programas, que é elaborada a cada governo, como se observa na história do Brasil –, e ainda as parcerias com o capital privado (na forma de isenções fiscais, por exemplo).

A fotografia, seja enquanto linguagem, arte, documento ou bem cultural, inseriu-se na dinâmica das políticas culturais. Ora autônoma, ora englobada pelas Artes Visuais, sempre esteve presente nos programas dos órgãos vinculados à cultura. Nos últimos anos, esse panorama tem se destacado pela retomada de organizações dos fotógrafos e produtores e pela ampliação do debate acerca das diretrizes e políticas públicas para a fotografia.

Desse modo, compreendendo a produção de conhecimento a partir de um projeto de prática política (Hall, 2009), e considerando a relevância da aliança entre teoria e prática reflexiva (práxis), parte-se do lugar de estudante universitária, fotógrafa e monitora do Laboratório de Fotografia da Universidade Federal da Bahia (Labfoto) para contribuir academicamente com a organização e o fortalecimento do Fórum de Fotografia – movimento atual e atuante dos fotógrafos da Bahia –, reconhecendo-o como um importante elemento no debate e na elaboração de políticas culturais para a área no estado.

Objetiva-se aqui, portanto, através de uma revisão bibliográfica, reconstruir as trajetórias que delinearam a história das políticas públicas voltadas para a fotografia, tendo como recorte as implementadas em âmbito nacional e também na Bahia. Como coloca Rubim (2007, p. 151), "o tema das políticas públicas de cultura, de imediato, aparece intimamente associado ao debate acerca dos atores das políticas culturais". Por isso, a contextualização das políticas culturais para a fotografia do Governo Federal e do Estadual inicia este trabalho, seguida do levantamento das organizações da sociedade civil e da compreensão dos processos envolvidos na construção das mesmas, relacionando-as com o movimento atual dos fotógrafos baianos.

Políticas culturais para a fotografia no âmbito nacional e estadual

A Funarte, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, é responsável, no âmbito do Governo Federal, desde a sua criação, em 1975, por coordenar e fomentar as manifestações culturais do país, incluindo a fotografia. Se em seu início o foco estava na música (popular e erudita) e nas artes plásticas e visuais, hoje ela se volta para o desenvolvimento de políticas públicas de fomento também ao teatro, à dança e ao circo, tendo como principais objetivos o incentivo à produção e à capacitação de artistas, o desenvolvimento da pesquisa, a preservação da memória e a formação de público para as artes no Brasil. Isso se dá através da distribuição de bolsas e prêmios, da manutenção de programas de circulação de artistas e bens culturais, da promoção de oficinas e da disponibilização de acervos.

É em 1979 que surge, dentro da Funarte, o Núcleo de Fotografia. O projeto-piloto, liderado por Zeka Araújo e Sérgio Sbragia, previa a implantação de uma galeria exclusiva para a fotografia, realização de exposições itinerantes, mapeamento de acervos e fotógrafos atuantes do país, formação dos profissionais e investimento em publicações de fotografia, como livros e catálogos (MAGALHÃES e PEREGRINO, 2004, p. 82). Além disso, também se preocupou em consolidar instituições e projetos de diferentes regiões do país, tendo como objetivo a descentralização do circuito fotográfico. A criação desse núcleo é um marco para as políticas públicas voltadas para a fotografia, pois foi a primeira vez em que houve uma dedicação exclusiva a esta linguagem.

Já em 1984, sob a direção de Pedro Vasquez, o Núcleo transformou-se no Instituto Nacional da Fotografia (INFoto). Seus principais objetivos eram, segundo o Memorial das Artes[4]: estimular, apoiar e divulgar a produção contemporânea da fotografia; conhecer e mapear os diversos movimentos brasileiros; fortalecer as produções regionais, assim como possibilitar o intercâmbio entre as diferentes regiões por intermédio de exposições, publicações e debates; definir e coordenar uma política nacional de preservação; apoiar e estimular os canais de formação e aperfeiçoamento dos profissionais da fotografia; e garantir um espaço institucional de reflexão sobre esta produção.

Dentre as atividades do INFoto, pode-se destacar a manutenção da Galeria de Fotografia da Funarte; o aprimoramento de profissionais através de iniciativas educativas como cursos livres e a criação de cursos universitários de graduação e pós-graduação; a implementação do projeto Itinerância, realizando exposições em 62 cidades; a realização de mais de 100 mostras fotográficas coletivas e individuais; o apoio ao projeto de Preservação do Acervo Fotográfico da Biblioteca Nacional (Profoto); a criação da proposta de política nacional para a fotografia, documento elaborado junto a museus, centros culturais, agências de fotografia, sindicatos, historiadores, professores e fotógrafos independentes; a implementação do Programa de Preservação e Pesquisa da Fotografia; e, ainda, a realização do Prêmio Marc Ferrez, primeiro voltado para projetos e questões fotográficas, criado em 1984 como programa de bolsas, e depois tornando-se o principal mecanismo institucional de apoio à fotografia (Magalhães e Peregrino, 2004).

Encontrou-se registro de participação de fotógrafos baianos nos eventos produzidos pelo INFoto na Mostra Regional FotoNordeste (em 1984, dentre os 42 participantes, quatro eram baianos: Adenor Gondim, Aristides Alves, Isabel Gouvêa e Ieda Marques), nas Semanas Nacionais de Fotografia (em 1982, Rino Marconi e em 1983 Aristides Alves) e na exposição de Mário Cravo Neto (BA), em 1980.

No Governo Collor, marcado pela política neoliberal, instituições como a Funarte foram dissolvidas para se aglutinarem dentro do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (Ibac), resultando em um corte de verbas e de funcionários. Harvey (2008, p. 13) destaca que no processo de tornar-se hegemônico, o neoliberalismo "envolveu muita 'destruição criativa',

[4] Disponível no site da Funarte: www.funarte.gov.br

não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado)". Nesse contexto, o INFoto passa a ser nomeado como Núcleo de Fotografia da Funarte e dá continuidade a parte de suas atividades realizando o I Encontro Nacional de Coordenadores de Eventos Fotográficos (em 1991) e criando o Prêmio Nacional de Fotografia da Funarte. Já no final do governo Itamar Franco, em 1994, o Ibac volta a se designar Funarte, mas ainda mantém sua estrutura básica, comportando todas as formas de manifestações artísticas e culturais, como citado anteriormente (MAGALHÃES e PEREGRINO, 2004).

No Governo de FHC, houve a continuação e intensificação do projeto neoliberal. Na área da cultura, destacou-se a política de transferência, através das leis de incentivo – como a Lei Rouanet –, da responsabilidade sobre a fomentação e o investimento em cultura do Estado para o capital privado. O processo de neoliberalização que aconteceu na área cultural, como em todas as outras em diversos países, levou à crescente retração do Estado e à consequente desregulação através da privatização. Nesse período, a fotografia se manteve na Coordenação de Artes Visuais e sofreu uma das mais relevantes perdas para a área: a interrupção do importante Prêmio Marc Ferrez, em 1997, que só ressurgiu em 2010.

No Governo de Lula, em 2004, a Funarte implantou as Câmaras Setoriais, incluindo a de Artes Visuais, com o objetivo de consolidar órgãos consultivos e espaços de diálogo entre o Governo Federal e a sociedade civil. A iniciativa tinha como meta a elaboração de políticas públicas e a definição de diretrizes para o Plano Nacional de Cultura (PNC). Além disso, a implementação das câmaras visou, a partir do Sistema Nacional de Cultura (SNC) – responsável por estabelecer mecanismos de gestão compartilhada para a construção de políticas públicas de cultura baseados no PNC –, integrar as ações nos níveis municipal, estadual e nacional, e dinamizar a utilização de recursos públicos.

Como um desdobramento do SNC e com base na Lei Orgânica da Cultura do Estado da Bahia (Lei nº 12.365/2011), no âmbito estadual, em 2012, foram criados na Bahia os Colegiados Setoriais. Representando cada um dos segmentos artísticos (Artes Visuais, Audiovisual, Circo, Dança, Literatura, Música e Teatro), os Colegiados têm o papel de orientar e respaldar as decisões políticas voltadas a cada área, atuando como instâncias de consulta, participação e controle social das ações promovidas pelos órgãos do governo,

como consta no Guia de Orientação para os Estados, elaborado pelo SNC. Desse modo, eles aparecem como exemplo do que Herrera (1983) aponta como uma tendência das políticas culturais de se tornarem cada vez mais participativas.

Dentre as políticas culturais da Bahia, foram identificados ações/editais que contemplam a fotografia, como os Salões de Artes Visuais da Bahia (criados em 1992 com o nome de Salões Regionais de Artes Visuais), o edital Portas Abertas para as Artes Visuais (com edições em 2008 e 2009 e retomado agora em 2013), o projeto Giro das Artes Visuais – Apoio à Circulação de Exposições (criado em 2009) e o edital Matilde Matos – Apoio à Curadoria e Montagem de Exposições. Existem também políticas culturais voltadas exclusivamente para a fotografia, a exemplo do Prêmio Nacional de Fotografia Pierre Verger (concurso bianual criado em 2002) e o edital Fotografia Baiana – Apoio à Publicação de Ensaios Fotográficos no Estado da Bahia.

Na Bahia, os Colegiados Setoriais estão sob a responsabilidade da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb) – criada em 1972, durante o primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães (1971-1975) – que, por sua vez, integra a Secretaria de Cultura do Estado – pasta implementada em 1987, durante o governo de Waldir Pires, extinta durante o governo seguinte de ACM e, por fim, retomada pelo governo Wagner, em 2007 (LIMA, 2011).

Como a composição dos Colegiados se dá por meio de eleição, durante o processo de cadastramento dos eleitores e dos candidatos, foi organizado pelos fotógrafos do estado o evento intitulado "A Fotografia e o Setorial de Artes Visuais da Funceb: um encontro entre eleitores e candidatos", na Sala do Coro do Teatro Castro Alves, no mês de novembro de 2012, para articular a votação a fim de garantir um representante da categoria no Colegiado Setorial de Artes Visuais. Como resultado, foram eleitos o fotógrafo Álvaro Vilela (que atua na Bahia) para o Colegiado Setorial de Artes Visuais do Ministério da Cultura e os fotógrafos Emídio Bastos e Tito Casal para o Colegiado Setorial de Artes Visuais da Bahia.

Esse movimento, no entanto, não foi isolado: a partir dele se seguiu – bem como se antecedeu – uma série de outros debates e reuniões. Como se pode analisar, “há uma pluralidade de agentes que passa a se inserir na configuração da esfera da cultura” (RUBIM, 2007, p. 151) para além do Estado. Essa tendência, que marca a história da fotografia, tanto

no âmbito brasileiro quanto baiano, e a sua relevância para a construção das políticas culturais voltadas para a fotografia será abordada a seguir, a partir dos atores envolvidos e de suas ações e articulações.

Organização de realizadores da produção fotográfica no âmbito nacional: a experiência da Rede de Produtores Culturais da Fotografia

Na disputa hegemônica que marca o debate cultural, não só agentes estatais definem o campo, mas também há a inserção da sociedade civil (organizações, entidades associativas, redes culturais etc.) na configuração deste e das políticas culturais (RUBIM, 2007, p. 151). Rubim, inclusive, cita como parte desses agentes a presença de "redes culturais" (idem). Desse modo, no campo da fotografia, a Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil (RPCFB) aparece como um dos principais articuladores dessa questão, incentivando e proporcionando a conexão entre profissionais de todo o país. Portanto, a análise de suas diretrizes tornará possível a compreensão da organização dos fotógrafos e produtores culturais da área no âmbito nacional.

A Rede, fundada em 2010 após o I Encontro de Agitadores Culturais da Fotografia no Brasil – que aconteceu em 2009, durante o 5º Festival Internacional de Fotografia de Paraty –, configura-se como uma associação de integrantes do campo da fotografia, estando presente em 25 estados brasileiros. Fazem parte dela representantes de festivais e encontros, curadores, editores, professores, escolas de graduação e pós-graduação, cursos livres, galerias, ações socioculturais, associação de classe e fotoclubes.

A iniciativa surge para "'colocar a fotografia como política de Estado' e ao mesmo tempo obter apoio para a consolidação da fotografia brasileira entre as expressões de portfólio cultural que forma a imagem do Brasil" (RPCFB, 2010, p. 8). Além disso, aponta para o dimensionamento da contribuição econômica da fotografia no país, através de pesquisa do IBGE, determinando o peso do PIB cultural pelo qual responde.

Como consta em seu estatuto, disponível no site oficial da Rede[5], os principais objetivos da organização são: **c**riar, apoiar, e desenvolver projetos na área de fotografia; promover

[5] Disponível em: www.rpcfb.com.br

estudos, debates, pesquisas, seminários, cursos, diálogos e eventos em geral, sobre fotografia; promover a capacitação e formação profissional, artística e intelectual de fotógrafos; organizar e/ou promover a produção, edição, publicação e distribuição de obras audiovisuais, livros, periódicos, artigos e similares que versam sobre a temática da fotografia; prestar serviços de assessoria e consultoria em eventos e projetos relacionados ao interesse social; estudar, discutir e propor políticas e programas voltados ao segmento de interesse; e captar recursos materiais e financeiros junto a organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de ações e projetos nas áreas de interesse social, estabelecendo intercâmbio ou parceira para promoção de atividades nas áreas de interesse social.

A estrutura administrativa da Rede é composta por uma diretoria executiva e por diretorias regionais que decidem em assembleia geral os rumos da organização. Além disso, os integrantes se dividem em grupos de trabalho para realizar projetos específicos para subsidiar e concretizar as atividades planejadas da Rede seguindo as diretrizes estabelecidas na assembleia anual. São eles: o GT Memória do Passado e do Futuro; o GT Formação e Ações Socioculturais; o GT Fotografia: Circulação e Conexões; e o GT Políticas Públicas Para Fomento, Pesquisa e Difusão da Fotografia. Neste último, são discutidas as questões relacionadas às políticas públicas voltadas para a fotografia que se expressam nos objetivos relacionados à captação de recursos, à discussão e proposição de programas e ao estabelecimento de parcerias com organizações públicas e privadas.

No âmbito dos primeiros debates sobre políticas culturais movidos pela Rede, é importante ressaltar a elaboração da Carta de Paraty – na qual os produtores culturais da fotografia informam ao MinC a criação da Rede –, que foi entregue ao então Ministro da Cultura Juca Ferreira em dezembro de 2009, com o objetivo de dialogar com a esfera governamental sobre ações relacionadas à fotografia; a reunião de representantes da Rede com Sérgio Mamberti e com Ricardo Rezende – na época presidente da Funarte e diretor de centro de Artes Visuais, respectivamente –, em janeiro de 2010; a reunião da comissão de fotógrafos e produtores com José Luis Herência, Micaela Neiva e Juliana Nolasco – secretário de Políticas Culturais, membro da Secretara Executiva do MinC e coordenadora dos Negócios da Cultura, respectivamente –, a respeito da viabilização do Encontro da Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil; e o diálogo com o Ministro Juca Ferreira, em

maio de 2010, durante o encerramento da I Encontro da RPCFB, no qual foi elaborado um documento com 200 propostas para a fotografia.

Na última assembleia, realizada no II Encontro da Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil, em 2013 na cidade de Fortaleza, o GT responsável por discutir políticas públicas definiu como ações a reflexão sobre a contribuição da Rede nos colegiados setoriais; o debate sobre a permanência da fotografia no setorial de artes visuais e as possibilidades de estabelecer uma interlocução própria e organizada com o poder público e a busca pela inserção da fotografia como política de estado; a criação de instância de representação da fotografia para o estabelecimento de canais organizados de interlocução com poder público federal, estadual e municipal; a viabilização do processo de formação e capacitação para os produtores culturais; o acompanhamento dos projetos do ProCultura e do Vale Cultura, como possibilidade de ampliar a economia da fotografia; o estímulo à participação da Rede nos conselhos de cultura municipais e estaduais, com o objetivo de fortalecer a sua capilaridade e a construção de novas políticas culturais; a ampliação e mobilização da participação dos membros da Rede nos processos eleitorais para o Conselho Nacional de Políticas Culturais; e realização da interlocução com instituições e ministérios, como MinC.

A partir de pesquisa realizada em formato *wiki* – que consiste em construir uma base de dados colaborativamente e de modo ininterrupto –, a Rede pôde mapear os realizadores e produtores de fotografia no Brasil. O resultado apresenta o Nordeste como a segunda região mais representada, chegando a ocupar ¼ do contingente, o que, em números absolutos, significa 72 realizadores (pessoas/instituições) (RPCFB, 2010, p.44).

A partir desse levantamento nacional, foi possível identificar também alguns realizadores da Bahia, como o A Gosto da Fotografia, o Instituto Casa da Photographia, o seu responsável Marcelo Reis (que assina a Carta de Paraty), o Laboratório de Fotografia da Ufba (Labfoto) e o seu coordenador acadêmico, José Mamede, enquanto membro do ensino acadêmico de fotografia. Articulados nacionalmente, os fotógrafos baianos, desde a década de 60, vêm se organizado a nível estadual. A seguir, consta o levantamento histórico desse processo até os dias atuais.

Trajetórias da organização dos fotógrafos na Bahia

No âmbito estadual baiano, após o início do regime militar, aparecem importantes organizações de fotógrafos: "em 1966, o Grupo I de Fotografia, reunindo nomes como Carlos Alberto Gaudenzi (Kabá), Armando Correa Ribeiro, Luiz Júlio Ferreira, Jamilson Pedra, Antônio Carlos Mascarenhas, Geraldo Machado, Miguel Bartilotti e José Araújo Queiroz" (FÁLCON, p. 85) e, em 1967, o Fotocineclube da Bahia. Tendo como núcleo fundador José Mário Costa Pinto, Aldo Dortas Prado, Luciano Figueredo, José Araújo Queiroz, Albérico Mota, Lázaro Torres e Luís Júlio Ferreira, as principais ações do grupo foram a realização dos cinco Salões de Fotografia Contemporânea, entre 1968 e 1977, e a publicação da revista Câmara-Fotocine (FÁLCON, 2006). Segundo Fálcon (2006), boa parte dos envolvidos nesse processo exercia uma "dupla militância", tanto no que tange ás questões da fotografia quanto pela redemocratização do país.

Nos anos 70, surge o Grupo Zaz, que sob a liderança de Arlete Soares edita o catálogo *Foto & Grafismo*, contando com a participação de Silvio Robatto, Mario Cravo Neto, Vito Diniz, Rino Marconi, Jamison Pedra, Arnaldo Grebeler, Gilberto Melo, Oldemar Victor, José Airton de Almedia, Sérgio e Marco Maciel e Mário Kertész (Falcón, 2006).

Já na década seguinte, surge o movimento Fotobahia, liderado por Aristides Alves. Considerado por Rubens Fernades Junior (2006) como o mais importante acontecimento fotográfico na Bahia do final do século XX (tanto por suas dimensões políticas quanro culturais e estética), ela teve como ressonância a formação do Grupo de Fotógrafos da Bahia.

Influenciados pela União dos Fotógrafos de São Paulo e der Brasília (JR FERNANDES, 2006), o Fotobahia preocupava-se com questões como o direito autoral, as formas de organização dos fotógrafos, a profissionalização da categoria e, principalmente, como "colocar a fotografia no centro de uma ação mais ampla, cultural, educativa, política e social" (FÁLCON, 2006, p. 89). Portanto, a questão das políticas culturais já estava em latência nesse período. Sobre as propostas estéticas presentes nas mostras do grupo, Fernandes Junior aponta que havia a:

> presença de uma fotografia fortemente documental em sua maioria, já que era o fotojornalismo que mais propiciava abertura para inúmeras

> possibilidades de denúncia social. (...) É claro que a fotografia, como expressão pessoal e como linguagem indicial e subjetiva também tinha seu espaço, mas predominava a fotografia mais convencional e referencial, mais próxima da tradição imagética baiana. (2006, p. 26)

O núcleo de coordenação do grupo, que tinha sua sede na Casa Foto Viva, era formado por Aristides Alves, Rino Marconi, Maria Sampaio, Célia Aguar, Isabel Gouvêa, Adenor Gondim, Koká, Manu Dias, Artur Ikishima, Antônio Saturnino, Antônio Olavo, Janduari Simões e Renato Marcelo (FÁLCON, 2006). Dentre as atividades realizadas por eles, Fálcon (2006) destaca as de caráter cultural e também político, como mostras itinerantes pela cidade (exposições em protestos públicos, por exemplo) e a Danceata da Fábrica. Além disso, o autor elenca algumas conquistas como a obrigatoriedade do reconhecimento do direito autoral dos meios de comunicação, que até então não assinavam as fotos que veiculavam, e a carta enviada ao Governo do Estado, em 1983, como uma tentativa de formulação de uma política cultural para a fotografia na Bahia.

Os principais pontos dessa carta continham considerações acerca do apoio necessário à produção, circulação e conservação da fotografia no estado. A partir disso, Maria Sampaio (como diretora), Célia Aguiar, Edvalma Santana e Miro Partenostro compuseram o Núcleo de Fotografia da Fundação Cultural do Estado (Funceb) – alocado na Coordenação de Imagem e Som (que depois se transformou na Dimas) –, fundado em 1987. Entre as atividades realizadas pelo órgão, estão oficinas como a Descolonização do Olhar, com Cláudio Feijó, a De Retoque, com Guilherme Fracornell, entre outras; a Terça Fotográfica, encontro mensal realizado na Biblioteca dos Barris; a continuação da Bienal Fotobahia; e a realização da Primeira Bienal de Fotografia, em 1988 (FÁLCON, 2006). Além disso, nesse período, a Galeria Pierre Verger constituiu-se como um espaço dedicado exclusivamente a exposições fotográficas. No entanto, durante a primeira gestão de Wagner, com a Secretaria de Cultura tendo à frente Marcio Meirelles, a Galeria se expandiu para audiovisual e o Núcleo foi desativado, não havendo continuidade das políticas implementadas por ele.

Nos últimos dois anos, os fotógrafos de Salvador têm se reorganizado, principalmente a partir de reuniões que acontecem semanalmente no Teatro Castro Alves (TCA), contando com a presença de representantes da Casa da Photographia, da Cipó – Comunicação Interativa, da extinta Fotobahia, do Labfoto – Facom/Ufba, do Salvador Foto Clube, entre outros realizadores.

Os integrantes do grupo, que se intitula como Fórum da Fotografia, são responsáveis pela construção de eventos e atividades relacionados à fotografia que movimentam o cenário na cidade de Salvador, como "O Olhar de...", "Com a palavra, o fotógrafo" e o Café Fotográfico (que estabelecem diálogos entre fotógrafos e público sobre seu trabalho), o A Gosto da Fotografia (festival anual criado em 2004, que teve sua última edição em 2010), a formação e os cursos do Labfoto e do Instituto Casa da Photographia, e o Salão organizado pelo Salvador Fotoclube.

Foram eles também os responsáveis por organizar a 4ª edição do Café Fotográfico "A produção cultural da fotografia na Bahia" – evento semestralmente realizado pelo Labfoto –, em julho de 2012. Com cerca de 90 participantes, a atividade constou na realização de uma mesa redonda com o objetivo de relatar as experiências do Ennefoto (Encontro do Norte e Nordeste de Fotografia realizado pelo RPCFB) à comunidade fotográfica do estado, e onde foi deliberada a realização do 1º Encontro Baiano dos Produtores Culturais da Fotografia, que aconteceu na Faculdade de Comunicação da Ufba, em agosto de 2012.

O Encontro, que contou com cinco Grupos de Trabalho – sendo eles Memória, Difusão, Projetos Socioculturais, Políticas Públicas e Formação –, discutiu diversas questões pertinentes ao contexto no qual se encontra a fotografia na Bahia. No que tange às políticas culturais, foram elencados os seguintes pontos:

1) Criação de um Núcleo de Fotografia dentro de órgão público responsável pela cultura;
2) Criação de mecanismos para garantir o intercâmbio da produção fotográfica da capital e do interior;
3) Requalificação dos espaços culturais, bem como a criação de novos, voltados para a fotografia.

Dentro dos outros GTs também surgiram questões relativas às políticas públicas como: a criação de um Centro de Referência – Memorial da Fotografia Baiana (GT de Memória) e a implantação de núcleos públicos para a formação e qualificação dos profissionais da área (GT de Formação). Além disso, foram apontados caminhos para a contemplação da

fotografia em editais (principal método de financiamento da Secretaria de Cultura da Bahia), sendo eles: editais voltados para consolidação de uma agenda de congressos, cursos e encontros focados na reflexão teórica e na prática fotográfica (GT de Formação); editais específicos para a produção de pesquisa e preservação dos acervos públicos e privados baianos (GT de Memória); e editais que fomentem a produção editorial e publicação de livros e periódicos voltados para o tema (GT de Difusão).

Como resultado, a plenária do Encontro elaborou a Carta de Ondina, que estabelece diretrizes e estratégias nas políticas de fomento, valorização, registro e preservação da produção fotográfica do estado. Em novembro de 2012, este documento foi entregue ao atual Secretário de Cultura da Bahia, Albino Rubim e, em seguida, ao atual presidente da Fundação Gregório de Mattos, Fernando Guerreiro, em março de 2013. Mais recentemente, em maio de 2013, a carta foi entregue a Marcondes Dourado, atual diretor da Dimas, onde foi estabelecido um diálogo que resultou na proposta da criação do Núcleo de Fotografia dentro deste órgão.

No momento, a pauta do Fórum de Fotografia é a construção de uma Coordenação/Núcleo de Fotografia, criação de um prêmio estadual de fotografia e da realização do 2º Ennefoto em Salvador, em 2014. Para alcançá-la, o grupo vem fortalecendo o diálogo com os órgãos do Estado, como a Secretaria de Cultura, a Funceb e a Dimas. Além disso, estão sendo realizados debates a respeito dos projetos legitimados pelo Estado, através de financiamento e apoio, no que tange ao seu conteúdo artístico e/ou documental, concatenados com a discussão que vem movendo a fotografia em todo mundo a respeito das tensões entre seu caráter de registro e/ou de expressão (ROUILLÉ, 2009).

Conclusão

Compreendendo que o processo de mercantilização da cultura, através do avanço do capitalismo sobre os bens simbólicos (Rubim, 2007, p. 142), retoma-se a inter-relação entre infraestrutura e superestrutura, para ressaltar que a ideologia neoliberal – considerando ideologia aqui não como alienação, mas como práticas e rituais da vida cotidiana (Williams, 1979) – não se instala apenas na economia, mas também na cultura que, apesar de ter se

constituído enquanto campo autônomo nas últimas décadas (Rubim, 2007, p. 141), se relaciona diretamente com questões econômicas.

Para além de ser uma teoria de práticas políticas econômicas baseada no direito à propriedade privada, ao livre comércio e ao livre mercado, o neoliberalismo "se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo" (Harvey, 2008, p. 13). No contexto da construção de políticas culturais para a fotografia, identificou-se a ideologia neoliberal, por exemplo, no discurso – compreendido aqui enquanto práticas discursivas, ou seja, determinadas historicamente em um tempo-espaço e definidas para uma dada área social/econômica/geográfica/linguística (FOUCAULT, 1987) – da Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil, quando considera que seu maior desafio se dá em "aumentar significativamente os recursos disponíveis para o *fazer cultural da fotografia*" (RPCFB, 2010, p.9) através de "parceria do Estado brasileiro com a iniciativa privada e a sociedade civil cultural" (idem). Dentro dessa questão, também foi localizado o financiamento de eventos pela iniciativa privada como o Fórum Latino-Americano de Fotografia de São Paulo. No entanto, na conjuntura baiana, estes indícios não foram encontrados.

O principal desafio que parece se delinear agora para o movimento de fotógrafos baianos é o de articular suas ações enquanto sociedade civil cultural e também consolidar a organização do Fórum, pois, como coloca Rubens Fernando Junior sobre os movimentos de fotógrafos paraenses, em

> um certo estágio de organização e atuação coletiva em prol de objetivos comuns, a formalização de compromissos entre os seus integrantes torna-se necessária. E isso pressupõe um pacto pautado em obrigações e deveres previamente definidos, aprovados e firmados por todos e que devem ser cumpridos. Esse pacto é uma conquista que exige sensibilidade e vivência, pois, se alcançado sem a devida maturidade, pode destruir-se pela insustentabilidade do compromisso firmado e, caso esta maturidade demore a chegar, acabe por cansar e esvaziar o coletivo. (RPCFB, 2010, p. 28)

Por fim, assim como a mobilização de "estudantes-fotógrafos", segundo Ângela Magalhães e Nadja Peregrino (2004), – junto a "profissionais consagrados" – contribuiu para a repercussão e sucesso dos movimentos relacionados à fotografia na década de 80, espera-se

colaborar, a partir da recuperação desta trajetória, com essa nova organização que surge e se consolida dentro do campo da fotografia no Brasil e, mais especificamente, na Bahia.

Referências bibliográficas

FÁLCON, Gustavo. Notas, nomes e fatos da Fotografia Baiana (1950- 2006). In: ALVES, Aristides (Org.). **A fotografia na Bahia (1839-2006)**. Salvador: Secult/Bahia, 2006, p. 83-94.

JR FERNANDES, Rubens, Fotografia na Bahia – Coerência e Inovação. In: ALVES, Aristides (Org.). **A fotografia na Bahia (1839-2006)**. Salvador: Secult/Bahia, 2006, p. 95-184.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

HALL. Stuart**. Da Diáspora:** Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: EdUFMG/Humanitas, 2009

HARVEY, David**. O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008

HERRERA, Felipe. **O contexto latino-americano e o desafio cultural**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. **A Trajetória das Políticas Culturais na Bahia**. Salvador: Enecult, 2011.

MAGALHÃES, Angela; PEREGRINO, Nadja F. **Fotografia no Brasil:** um olhar das origens ao contemporâneo. Rio de Janeiro: Funarte, 2004.

RPCFB. **O Fazer Cultural na Fotografia Brasileira**. Brasília: MinC, 2010.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: **entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Ed. Senac, 2009

RUBIM, A. A. C**.** (Org.); BARBALHO, A. (Org.) . **Políticas Culturais no Brasil.** Salvador: Edufba, 2007.

WILLIAMS, Raymond**. Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil. Disponível em: <http://www.rpcfb.com.br>. Acesso em 01/07/2013.